



**Almirante Tamandaré**  
Prefeitura da Cidade  
*Secretaria Municipal de Governo*

**LEI Nº 2.330/2022**

Institui o “junho violeta” no Município de Almirante Tamandaré.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gerson Colodel, Prefeito Municipal, e de acordo com o que dispõe o artigo 69, IV da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º-** Fica instituído o “junho violeta”, no Município de Almirante Tamandaré, a ser referenciado, anualmente, no mês de junho, para ajudar na prevenção do Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa.

**Parágrafo único.** Fica incluído o “junho violeta”, no calendário oficial anual de eventos do Município de Almirante Tamandaré, no mês de junho.

**Art.2º-** Nas edificações públicas municipais, sempre que possível, será procedida a iluminação na cor violeta com aplicação do símbolo da campanha ou sinalização, alusivo ao tema, durante todo o mês de junho

**Art.3º-** No mês do “junho violeta” poderão ser desenvolvidas ações, destinadas à população, com os seguintes objetivos:

I – Alertar e promover debates sobre a importância da prevenção do Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa;

II – Contribuir para a redução dos casos de violência;

III – estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de ações integradas, envolvendo a população, órgãos públicos, instituições públicas e privadas, visando ampliar o debate sobre o problema;



## **Almirante Tamandaré**

Prefeitura da Cidade

*Secretaria Municipal de Governo*

IV – Estimular, sob o ponto de vista social e educacional, a concretização de ações, programas e projetos na área da educação e prevenção; e

V – Utilização do laço de fita cor violeta.

**Art. 4º-** Esta Lei entra em vigor nesta data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR, em 07 de julho de 2022.

**GERSON COLODEL**  
**Prefeito Municipal**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de lei: 038/2022

Institui o "junho violeta" no Município de Almirante Tamandaré.

**Art.1º-** Fica instituído o "junho violeta", no Município de Almirante Tamandaré, a ser referenciado, anualmente, no mês de junho, para ajudar na prevenção do **Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa**.

**Parágrafo único.** Fica incluído o "junho violeta", no calendário oficial anual de eventos do Município de Almirante Tamandaré, no mês de junho.

**Art.2º-** Nas edificações públicas municipais, sempre que possível, será procedida a iluminação na cor violeta com aplicação do símbolo da campanha ou sinalização, alusivo ao tema, durante todo o mês de junho

**Art.3º-** No mês do "junho violeta" poderão ser desenvolvidas ações, destinadas à população, com os seguintes objetivos:

I – Alertar e promover debates sobre a importância da prevenção do Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa;

II – Contribuir para a redução dos casos de violência;

III – estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de ações integradas, envolvendo a população, órgãos públicos, instituições públicas e privadas, visando ampliar o debate sobre o problema;

IV – Estimular, sob o ponto de vista social e educacional, a concretização de ações, programas e projetos na área da educação e prevenção; e


V – Utilização do laço de fita cor violeta.

**Art. 4º-** Esta Lei entra em vigor nesta data de sua publicação.

APROVADO EM Ordem DISCUSSÃO

POR UNANIMIDADE

SALA DAS SESSÕES 21 / 06 / 2022

  
Presidente

Sala das sessões 31 de maio de 2022.

  
Wallison Romero

Vereador

APROVADO EM Resolução Final DISCUSSÃO

POR DISPENSA

SALA DAS SESSÕES 21 / 06 / 2022

  
Presidente

Rua Lourenço Angelo Buzato, 670 - Fone: (41) 3657-2502 - CEP 83501-080 - Almirante Tamandaré - PR

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO  
DIA 31 / maio / 2022

Secretário



### **Justificativa**

Encaminho o presente Projeto para ser analisado e votado pelos nobres colegas Vereadores, o qual institui o "junho violeta", no Município de Almirante Tamandaré.

Junho violeta é um movimento de conscientização, realizado por diversos segmentos públicos e privados, no mês em referência, dirigido a população idosa em geral sobre a importância da prevenção dos casos de abuso e violência.

O movimento "junho violeta", popularmente assim conhecido, nasceu com o objetivo de chamar a atenção para a importância da conscientização do dever de zelar pela pessoa idosa, seja fisicamente e/ou psicologicamente. Sobre a campanha "junho violeta", suas principais características são palestras, debates, passeatas e outras ações de orientações e ações que envolvam a família e as pessoas mais próximas do público em questão. Aos poucos, a adesão vai se ampliando, notadamente, com uma maior conscientização de todos com relação ao grande objetivo da campanha que é chamar a atenção da população sobre a necessidade e importância dos cuidados com aqueles que já não possuem condições de agir por si só.

Ficamos na expectativa de que os nobres colegas Vereadores aprovem o presente Projeto de Lei, pois a proposta em apreço será de grande relevância e interesse público, e de elevado alcance social.

Almirante Tamandaré, 31 de maio de 2022.

  
**Wallison Romero**

**Vereador**





# CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de lei: 038/2022

Institui o "junho violeta" no Município de Almirante Tamandaré.

**Art.1º-** Fica instituído o "junho violeta", no Município de Almirante Tamandaré, a ser referenciado, anualmente, no mês de junho, para ajudar na prevenção do **Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa**.

**Parágrafo único.** Fica incluído o "junho violeta", no calendário oficial anual de eventos do Município de Almirante Tamandaré, no mês de junho.

**Art.2º-** Nas edificações públicas municipais, sempre que possível, será procedida a iluminação na cor violeta com aplicação do símbolo da campanha ou sinalização, alusivo ao tema, durante todo o mês de junho

**Art.3º-** No mês do "junho violeta" poderão ser desenvolvidas ações, destinadas à população, com os seguintes objetivos:

I – Alertar e promover debates sobre a importância da prevenção do Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa;

II – Contribuir para a redução dos casos de violência;

III – estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de ações integradas, envolvendo a população, órgãos públicos, instituições públicas e privadas, visando ampliar o debate sobre o problema;

IV – Estimular, sob o ponto de vista social e educacional, a concretização de ações, programas e projetos na área da educação e prevenção; e

V – Utilização do laço de fita cor violeta.

**Art. 4º-** Esta Lei entra em vigor nesta data de sua publicação.

APROVADO EM UNIÃO DISCUSSÃO

POR UNANIMIDADE

SALA DAS SESSÕES, 1 / 1222

\_\_\_\_\_  
Presidente

  
Wallison Romero

Vereador

Sala das sessões 31 de maio de 2022.

APROVADO EM Reação final DISCUSSÃO

POR DISPENSA

SALA DAS SESSÕES, 1 / 1222

\_\_\_\_\_  
Presidente

\_\_\_\_\_  
DIA 31 / maio / 2022

\_\_\_\_\_  
Secretário



### **Justificativa**

Encaminho o presente Projeto para ser analisado e votado pelos nobres colegas Vereadores, o qual institui o “junho violeta”, no Município de Almirante Tamandaré.

Junho violeta é um movimento de conscientização, realizado por diversos segmentos públicos e privados, no mês em referência, dirigido a população idosa em geral sobre a importância da prevenção dos casos de abuso e violência.

O movimento “junho violeta”, popularmente assim conhecido, nasceu com o objetivo de chamar a atenção para a importância da conscientização do dever de zelar pela pessoa idosa, seja fisicamente e/ou psicologicamente. Sobre a campanha “junho violeta”, suas principais características são palestras, debates, passeatas e outras ações de orientações e ações que envolvam a família e as pessoas mais próximas do público em questão. Aos poucos, a adesão vai se ampliando, notadamente, com uma maior conscientização de todos com relação ao grande objetivo da campanha que é chamar a atenção da população sobre a necessidade e importância dos cuidados com aqueles que já não possuem condições de agir por si só.

Ficamos na expectativa de que os nobres colegas Vereadores aprovem o presente Projeto de Lei, pois a proposta em apreço será de grande relevância e interesse público, e de elevado alcance social.

Almirante Tamandaré, 31 de maio de 2022.



**Wallison Romero**

**Vereador**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAM.

## ESTADO DO PARANÁ

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, às 14:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, na respectiva Sala, para analisar os Projetos:


- Projeto de Lei nº **038/2022** de autoria do Poder ~~Executivo~~ Municipal assinado pelo Excelentíssimo Senhor **Wallison Romero** com a seguinte sumula:

**“Institui O “Junho Violeta” no Município de Almirante Tamandaré.”**


Após análise do projeto acima citados, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente as suas aprovações, encaminhando-os para os trâmites normais.



Nilson Guimarães  
Presidente



Polaco  
Vice-Presidente



Ferrugem  
Membro





## CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAM.

### ESTADO DO PARANÁ

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, às 14:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, na respectiva Sala, para analisar os Projetos:

- Projeto de Lei nº **038/2022** de autoria do Poder Executivo Municipal assinado pelo Excelentíssimo Senhor **Wallison Romero** com a seguinte sumula:

**“Institui O “Junho Violeta” no Município de Almirante Tamandaré.”**

Após análise do projeto acima citados, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente as suas aprovações, encaminhando-os para os trâmites normais.

Nilson Guimarães  
Presidente

Polaco  
Vice-Presidente

Ferrugem  
Membro





## CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAM.


### ESTADO DO PARANÁ

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, às 14:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, na respectiva Sala, para analisar os Projetos:

- Projeto de Lei nº **038/2022** de autoria do Poder Executivo Municipal assinado pelo Excelentíssimo Senhor **Wallison Romero** com a seguinte sumula:

**“Institui O “Junho Violeta” no Município de Almirante Tamandaré.”**

Após análise do projeto acima citados, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente as suas aprovações, encaminhando-os para os trâmites normais.



Nilson Guimarães  
Presidente



Polaco  
Vice-Presidente



Ferrugem  
Membro



# CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAM.

ESTADO DO PARANÁ

## PARECER JURÍDICO

**Referência:** Projeto de Lei nº. 038/2022

**Autoria:** Vereador Wallison Romero

**Ementa:** “Institui o “junho violeta” no Município de Almirante Tamandaré”.

### I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº. 038/2022, que tem por objetivo de incluir o “junho violeta”, no calendário oficial anual de eventos do Município de Almirante Tamandaré.

O Projeto de Lei foi apresentado, vindo a esta Procuradoria Jurídica para parecer.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

### II – ANÁLISE JURÍDICA

#### 2.1. Da Competência, Iniciativa e Espécie Normativa

##### 2.1.1. Da competência para legislar sobre o Poder Legislativo

Em que pese os anseios do projeto visar maior transparência no Poder Legislativo, tenho que ao vereador, isoladamente, não é dada competência para tratar dos assuntos relacionados ao processo licitatório perante esta Casa de Leis.

Tal decorre de norma expressa prevista no art. 34-A do Regimento Interno, que atribui tal à Mesa

Art. 34-A. **Compete à Mesa da Câmara,**

privativamente, em colegiado, no setor Administrativo:



# CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAM.

## ESTADO DO PARANÁ

I - superintender os serviços administrativos da Câmara e elaborar o seu regulamento, interpretando, conclusivamente, em grau de recursos, os seus dispositivos;

II - enviar ao Tribunal de Contas do Estado, as contas do exercício anterior;

III - **regulamentar o processo de licitações, observando-se o disposto na Lei Orgânica do Município e legislação pertinente.**

Assim, verifica-se que o projeto padece de vício de iniciativa no que se refere ao Poder Legislativo.

### 2.1.1. Da competência para legislar sobre o Poder Executivo

Inicialmente, quanto a competência temos que, via de regra, a iniciativa para a propositura de projetos legislativos é concorrente entre os parlamentares, o Prefeito e os cidadãos, como estabelece o art. 126, do Regimento Interno, que assim dispõe:

Art. 126. A iniciativa dos projetos de leis cabe a qualquer Vereador, à Mesa, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e aos cidadãos, ressalvados os casos de iniciativa exclusiva, conforme disposto na Lei Orgânica Municipal.

Entretanto, em que pese a competência concorrente para deflagrar o processo legislativo, há que se analisar se a proposição do vereador não esbarra em competência privativa do Prefeito Municipal.

Ensina HELY LOPES MEIRELLES (Direito Municipal Brasileiro, Malheiros, 2014), a propósito, que a

"Leis de iniciativa da Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores são todas as que a lei orgânica municipal não reserva, expressa e privativamente, à iniciativa do prefeito. As leis orgânicas municipais devem reproduzir, dentre as matérias previstas nos arts. 61, § 1º, e 165 da CF, as que se inserem no âmbito da competência municipal. São, pois, de iniciativa





## CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAM.

### ESTADO DO PARANÁ

exclusiva do prefeito, como chefe do Executivo local, os projetos de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entes da Administração Pública Municipal; matéria de organização administrativa e planejamento de execução de obras e serviços públicos; criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional do Município; regime jurídico e previdenciário dos servidores municipais, fixação e aumento de sua remuneração; plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos suplementares e especiais. Os demais projetos competem concorrentemente ao prefeito e à Câmara, na forma regimental" (p. 633).

O rol, a priori taxativo, de iniciativa exclusiva possui alta carga de abstração, razão pela qual não é comum acharmos decisões conflitantes sobre a infringência, ou não, da separação dos poderes em se tratado de lei oriunda de parlamentar.

De qualquer forma, é que se ressaltar que o controle difuso ou concentrado de eventual (in)constitucionalidade deve ter por parâmetro as disposições de nossa Constituição Estadual, conforme preveem o artigo 125, § 2º, da CF/88 e o artigo 101, VII, alínea "f", da Constituição Estadual do Paraná.

Nesse caso, o parâmetro é o artigo 66 da Constituição Estadual do Paraná:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;



## CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAM.

### ESTADO DO PARANÁ

IV - criação, estruturação e atribuições das

Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

(...)

No mesmo sentido, a propósito, dispõe o art. 49, da Lei Orgânica Municipal:

Art. 49 - Compete privativamente ao Prefeito

Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

I - regime jurídico dos servidores;

II - criação de cargos, empregos e funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;

III - orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município.

Cabe ressaltar, nesta questão, que a competência privativa do chefe do Poder Executivo não resulta usurpada quando a matéria regulada não invade a estrutura ou a atribuição de seus órgãos, tampouco o regime jurídico de servidores públicos (STF, ARE nº 878911 RG - Relator: Min. Gilmar Mendes; TJMT, ADI nº 1018462-10.2020.8.11.0000 – Relatora: Des.<sup>a</sup> Maria Erotides Kneip Baranjak), de modo que inexistente ofensa ao art. 195 da CEMT.

O STF assentou diretriz constitucional no sentido de que, somente nas matérias reservadas à competência privativa do Chefe do Executivo – estrutura da administração pública e regime dos servidores –, é vedada a iniciativa parlamentar causadora de aumento de despesa (STF, AgR RE: 1243591/MT – Relator: Min. Roberto Barroso).

Primeiramente a jurisprudência tem defendido, não de maneira unânime, a possibilidade de instituição de normas puramente programáticas, sem que disso decorra qualquer inconstitucionalidade.





# CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAM.

## ESTADO DO PARANÁ

Tais normas, também denominadas normas dirigentes, consoante lembra-nos Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo, in Direito Constitucional Esquematizado, 2020, p. 63, “constituem programas a serem realizados pelo Poder Público, disciplinando interesses econômicos-sociais, tais como: realização da justiça social; valorização do trabalho; amparo à família; combate ao analfabetismo, etc”.

Assim, tais lei não criam quaisquer obrigações para a Municipalidade, apenas autorizando o Prefeito, por meio dos instrumentos regulatórios cabíveis, a adoção das medidas em sentido a promover/atingir um bem comum.

No caso, nos parece que o Projeto tem intenção meramente autorizativa, eis que, apesar de criar “junho violeta”, no calendário oficial anual de eventos do Município de Almirante Tamandaré, deixa a total critério do Poder Executivo a consecução ou não do programa.

Além disto não se verifica no projeto a incursão em matérias de competência privativa.

### 2.2. Do Quórum

Caso seja o entendimento da Comissão para aprovação, do Projeto de Lei em análise será necessário o voto favorável da **maioria simples**, ou seja, aquela composta pela maioria de votos, presente o número mínimo de vereadores para deliberar (art. 43, §3º, a, do RI), em **turno único de discussão e votação**, conforme previsão do art. 186, I, do Regimento Interno.

Ainda, com fundamento no art. 206, do Regimento Interno, deverá ser utilizada a **votação simbólica**.

É importante ressaltar que o Presidente da Mesa Diretora somente votará em caso de empate, nos termos do artigo 39, do Regimento Interno.

### 2.4. Das Comissões Permanentes





## **CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAM.**

### **ESTADO DO PARANÁ**

Verifica-se que a proposição precisa ser submetida ao crivo da Comissão Permanentes de Constituição, Justiça e Redação (art. 76, § 1º, do RI) e da Comissão de Educação, Saúde, Assistência e Meio Ambiente (art. 79, IX)

### **III – CONCLUSÃO**

Feitas as considerações que julgamos cabíveis e pertinentes, ressaltamos que esta Instrução tem caráter meramente opinativo, cabendo exclusivamente à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, apreciar a matéria e exarar Parecer conclusivo no que tange aos seus aspectos constitucional e legal.

Igualmente, no que tange ao mérito, a análise caberá tão somente aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais. Isso quer dizer que, embora juridicamente viável, o projeto pode ser considerado politicamente inadequado, dentro da discricionariedade de cada Edil.

Almirante Tamandaré, 03 de junho de 2022.

**Bruno Juvinski Bueno**

Advogado